

Renê Birochi, Oscar José Rover e Glauco Schultz

(organizadores)

**Alimentos bons, limpos e justos
da Agricultura Familiar Brasileira**


LETRAS CONTEMPORÂNEAS

Livros & *Livros*

Copyright © 2019: dos organizadores
Copyright © 2019 das imagens: Nadiella Monteiro

Revisão dos artigos

Renê Birochi, Oscar José Rover e Glauco Schultz

Edição, revisão e preparação de originais

Fábio Brüggemann

Capa e projeto gráfico

Estúdio Semprelo estudiosemprelo@gmail.com
com fotografia de Nadiella Monteiro

Conselho editorial

Ana Lúcia Brizola, Daniel Mayer, Fábio Brüggemann
Gabi Bresola, e Katia Maheirie

B619. Birochi, Renê; Rover, Oscar José; Schultz, Glauco
(organizadores)

Alimentos bons, limpos e justos da Agricultura Familiar
Brasileira – Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2019.

224 p.

ISBN 978-85- 94445-03-2
Inclui referências

1. Agricultura familiar. 2. Nutrição – alimentação. 3. Título

CDU: 630

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, no todo ou em parte,
por quaisquer meios, sem a autorização expressa dos editores.
Todos os direitos desta edição são reservados aos autores e organizadores.
www.letrascontemporaneas.com.br
Impresso no Brasil, 2019

CAPÍTULO 1

O Movimento *Slow Food* e os sistemas agroalimentares brasileiros

Renê Birochi, Oscar José Rover e Glauco Schultz

A abordagem dos “alimentos bons, limpos e justos” proposta pelo Movimento *Slow Food* tem como seu pano de fundo o tema da centralidade do alimento. A alimentação é central para a humanidade na medida em que é determinante para nossa condição biológica e de saúde, e também de nossa cultura e organização social. Tal centralidade vem sendo secundarizada, simbólica e praticamente, com a transformação do alimento em mercadoria (*commodity*), o que fez com que muitas dinâmicas e processos a ele ligados não recebessem os necessários cuidados ambientais. Disto derivam escândalos alimentares como o “mal da vaca louca”, a contaminação de alimentos com agrotóxicos, assim como o distanciamento entre os consumidores (os maiores interessados na qualidade dos alimentos) e os agricultores. Do descuido do alimento como central para a vida e a sociedade humana também derivam movimentos sociais como o Movimento *Slow Food*, que se organizaram em contraposição a este cenário.

A produção agroalimentar depende dos ecossistemas para existir e se manter estável. Alterações significativas no clima geral e nas condições de cada agroecossistema exigirão dos processos produtivos capacidade e velocidade de adaptação. A sustentação da produção agroalimentar dependerá da resiliência dos agroecossistemas às mudanças climáticas (UNITED NATIONS, 2015). Isto reforça

a importância de recolocar para a sociedade o tema da centralidade do alimento.

A sustentabilidade dos processos produtivos aparece nos tratados internacionais face à necessidade de contornar riscos ligados ao aquecimento e às mudanças climáticas globais. O acordo internacional sobre o clima, realizado em Paris no final de 2015 e assinado pela maioria dos países do mundo, expressou o propósito de construir modos de produção resilientes às mudanças climáticas, ou seja, capazes de se adaptar a eventos extremos sem perder a sua capacidade produtiva. O acordo evidenciou as vulnerabilidades dos sistemas de produção de alimentos frente às adversidades das mudanças climáticas (UNITED NATIONS, 2015). Uma ecologização dos processos produtivos é necessidade planetária, pois eles geram pressões aos ecossistemas dos quais dependemos, desmatando áreas para a agropecuária, usando intensamente agrotóxicos, etc. Países e instituições internacionais têm-se concentrado sobre a necessidade de transformações estruturais da base econômica global, no sentido de uma economia verde (UNEP, 2011), apontada como importante fronteira de inovação para os próximos anos e décadas. Neste contexto o acordo sobre o clima de Paris indicou o propósito de financiar iniciativas que favoreçam a adaptação a impactos adversos da mudança climática, como maneira de não ameaçar a produção de alimentos.

Ao longo do século XX se desenvolveu o modo convencional de produção agropecuária, pautado na ênfase ao uso de fatores externos e meios técnicos deslocalizados, como centrais para a organização dos sistemas produtivos. Suas principais marcas foram o uso de insumos químicos sintéticos, moto-mecanização e sementes melhoradas geneticamente, com crescente substitucionismo industrial dos produtos rurais e o apropriação das indústrias dos processos de produção rural (GOODMAN et al., 1987). Este modo de produção promo-

veu uma elevação sem precedentes da produção e produtividade dos alimentos, à custa de processos de degradação ambiental e impactos sociais adversos (ALTIERI; NICHOLLS, 2012; GLIESSMAN, 2001; SEVILLA GUZMÁN, WOODGATE, 2013; MAZOYER, 2001; MAZOYER; ROUDART, 2008; PLOEG, 2008). Algumas evidências destes processos se referem ao consumo de água doce para a agricultura, que corresponde a 70% do montante global; e ao desmatamento para expandir a agricultura e pecuária, que corresponde a 80% do respectivo montante (FAO, 2017). No caso brasileiro, destacamos que o país se tornou o maior consumidor mundial de agrotóxicos a partir de 2008 (CARNEIRO et al., 2015). Ainda, monitoramentos nas gôndolas dos supermercados têm evidenciado que a não conformidades com relação aos resíduos de agrotóxicos em alimentos, além da presença de agrotóxicos proibidos no território nacional (ANVISA, 2017).

A modernização da agricultura, ao longo do século XX, significou o deslocamento do controle dos processos produtivos das unidades de produção, grupos e empresas locais, para corporações crescentemente deslocalizadas (GOODMAN et al., 1987; ABRAMOVAY, 1992). Na transição para o século XXI vem ocorrendo deslocamentos neste controle para uma participação ativa do setor varejista de alimentos (WILKINSON, 2008; GOODMAN; GOODMAN, 2009; GUIVANT et al., 2010). Tais deslocamentos permitem maior percepção quanto às demandas de consumidores. Derivam assim processos de segmentação dos mercados, visando atender às demandas diversificadas, inclusive respondendo a crescentes reivindicações de qualidade postas pelos consumidores. Para Goodman (2003) vem ocorrendo uma “virada para a qualidade”, entendida como transição, mesmo que parcial, de uma lógica industrial, com convenções centralizadas e produção massificada de mercadorias, para uma lógica doméstica, com convenções de qualidade inseridas em dinâmicas de confiança, tradição e su-

porte diferenciados, conforme territórios e organizações econômicas específicas. Esta virada para a qualidade tem no Movimento *Slow Food* importante ator social internacional, que na demanda por alimentos bons, limpos e justos valoriza a produção oriunda de processos produtivos agroecológicos. Isto remete a produtos com menor pegada ecológica, com proximidade espacial entre produtores e consumidores, sem uso de agrotóxicos, oriundos de sistemas produtivos mais (agro)biodiversos e provenientes de uma agricultura inserida em realidades sociais diversificadas.

O MOVIMENTO *SLOW FOOD* E OS SEUS PRINCÍPIOS

O conceito de “bom” na perspectiva proposta pelo Movimento *Slow Food* está relacionado a produtos de boa qualidade, como forma de promover o prazer do gosto, baseado nos sabores, nos aromas e texturas dos alimentos. Esses parâmetros dependerão das culturas locais e da valorização dos processos artesanais e tradicionais, que são diferentes entre os locais de produção e de consumo. O “bom” expressa uma noção de qualidade ampla, que diz respeito aos atributos intrínsecos e extrínsecos aos produtos. Produtos saborosos, artesanais e que, ao mesmo tempo, ativam as memórias afetivas dos consumidores.

O conceito de “limpo”, por sua vez, vincula-se à noção de preservação e respeito à natureza, seguindo os princípios da produção orgânica, da agroecologia, do bem-estar animal e da saúde humana, tanto de quem consome quanto de quem produz. A definição de alimento limpo, ou mais limpo, pressupõe o não uso ou redução ao mínimo possível de produtos químicos e sintéticos na produção. Além disso, um produto limpo deve ser cultivado em propriedades que implantam processos de melhoria da fertilidade do solo e preservam os recursos hídricos, mantendo métodos tradicionais de produção com conservação da paisagem e da arquitetura tradicional.

O conceito de “justo” diz respeito à comercialização dos produtos, ou seja, justa deve ser a relação entre a produção e o consumo, sendo que os preços devem ser definidos de forma transparente, considerando o trabalho desenvolvido na agricultura (tipo e condições do trabalho) e a qualidade dos alimentos. A remuneração dos produtores e a capacidade de pagamento dos consumidores são levadas em consideração nas transações, distanciando-se, portanto, unicamente dos parâmetros do mercado (oferta e demanda) na definição dos preços. Também as questões relacionadas à não discriminação por gênero, etnia, nacionalidade, posição política ou religião estão presentes na definição de justo pelo *Slow Food*.

O Movimento *Slow Food* é caracterizado como um movimento social e econômico (WILKINSON, 2008) que promove a valorização das esferas ecológica, econômica e social, por meio de alimentos bons, limpos e justos. É autodenominado como “um movimento de ecogastronomia, que se afirma no direito universal ao prazer da alimentação e na importância da convivência” (SLOW FOOD, 2007), que se posiciona numa lógica contrária ao processo de excessiva industrialização do alimento. Para atingir e difundir os seus objetivos, suas principais estratégias orientam-se para a conscientização dos consumidores em práticas fundadas na “educação do gosto”; na identificação e conservação de alimentos, sementes e técnicas produtivas em vias de desaparecimento (Arca do Gosto); no fortalecimento de redes produtivas agroalimentares (Fortalezas), cuja centralidade baseia-se na valorização de produtos da sociobiodiversidade; e na aliança entre agricultores familiares, comunidades camponesas e tradicionais, com renomados *chefs* de cozinha, praticantes da ecogastronomia (Aliança de Cozinheiros). Essa reaproximação entre o campo e a cidade e entre as esferas globais e locais visa, sobretudo, a valorização de produtos da sociobiodiversidade, de técnicas produtivas e saberes ancestrais, e

de práticas agroalimentares enraizadas socialmente e historicamente, num processo e de reaproximação e ressignificação das relações de produção e consumo.

O *Slow Food* é formado por uma rede mundial de pessoas e organizações engajadas na preservação da agrobiodiversidade, tendo como diretriz a promoção de um alimento bom, limpo e justo para todos. Valorização do gosto dos alimentos, defesa da produção agroecológica e promoção do encurtamento das relações entre produção e consumo são os três principais pilares desse Movimento. O engajamento, tanto dos agricultores quanto dos consumidores, tendo como centralidade o alimento, define a essência sobre o que significa o *Slow Food*. Nesse sentido, o consumo torna-se parte da produção e o consumidor atua como um coprodutor. Também o produtor é influenciado pela rede de proximidade com os consumidores, para ofertar um produto de maior qualidade e com responsabilidade. São ações econômicas e também sociais que definem o comportamento dos agentes que formam esse sistema.

O *Slow Food* promove estratégias que privilegiam a auto-organização e a autogestão, com proximidade e maior confiança entre as partes envolvidas em diferentes processos, não somente comerciais, resultando em formas organizacionais inovadoras, tais como os grupos de consumo responsável e as comunidades que sustentam a agricultura.

Essas comunidades propõem novos princípios para a economia agroalimentar, com o objetivo de provocar mudanças nos locais onde os atores do Movimento estão inseridos, contemplando todas as etapas das cadeias produtivas dos mais diversos alimentos. Essencialmente, o *Slow Food* volta-se para a promoção de alimentos artesanais, que sejam bons, limpos e justos, e na construção de um novo modelo (sustentável) de produção, distribuição e consumo.

Ao priorizar a dimensão local de produção, o Movimento *Slow Food* valoriza as cadeias curtas de comercialização e processos de desintermediação mercantil. Essas cadeias curtas são socialmente organizadas por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores e atendem os princípios de reciprocidade ou introduzem aspectos de sociabilidade nas relações de troca mercantil. Essa relação face a face é assentada em valores afetivos como o sentimento de reconhecimento, de amizade ou valores éticos: respeito, confiança e fidelidade (SABOURIN, 2011). Nos mercados agroalimentares capitalistas são identificadas interfaces diversificadas, como resultado de práticas articuladas de reciprocidade e de trocas mercantis (SABOURIN, 2012). Nesses mercados de proximidade, uma ampla variedade de modalidades de comercialização por venda direta, como, por exemplo, as feiras agroecológicas, intensificam os laços de sociabilidade entre produtores e consumidores.

As práticas do *Slow Food* fornecem uma perspectiva diferenciada para interpretação dos mercados operados pelos agentes que compõem esse Movimento. A análise da sua dimensão econômica, na perspectiva dos alimentos bons, limpos e justos, requer uma releitura dos significados dos universos da produção (oferta) e do consumo (demanda), bem como das relações de troca (comercialização) no âmbito dos mercados. As escolhas dos consumidores e dos produtores, no âmbito das transações econômicas do *Slow Food*, não são influenciadas somente por parâmetros clássicos da economia, tais como maior satisfação e maior lucro.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS

Os mercados e suas definições abarcam uma complexa trama de significações, disputas e controvérsias. A economia (economia neoclássica) como campo de conhecimento hegemônico no sistema capitalista tem prevalecido sobre outros campos que concorrem nessa

disputa. As abordagens clássicas das ciências sociais, por seu lado, têm recebido renovados e diferentes aportes da sociologia econômica, ampliando e ressignificando as definições e a compreensão a respeito da constituição e funcionamento dos complexos mercados contemporâneos.

O resgate do conceito de enraizamento (imbricação) social da atividade e da ação econômica de Karl Polanyi (1980) tem papel central nesse reposicionamento dos campos econômico e social. Situados entre um amplo espectro que compreende as distintas abordagens subsocializadas ou sobresocializadas, encontra-se uma miríade de relevantes contribuições. Nesse espaço, as abordagens dicotômicas que destacam o voluntarismo dos agentes (a sua ação social), ou, contrariamente, a predominância das estruturas (as instituições) sobre esses, são confrontadas com aspectos morais, simbólicos e sociotécnicos, tais como dispositivos, artefatos, redes, valores, crenças, práticas e estruturas cognitivas. Esses aspectos estão presentes nas práticas e ações sociais dos agentes, na constituição de suas organizações sociais e econômicas, e nas mais distintas estruturas institucionais da sociedade.

O conceito de mercados agroalimentares amplia, de forma específica, as controvérsias anteriores sobre os mercados. Não somente pelo fato de se tratarem de “mercados especiais” (STEINER, 2012) nos quais as necessidades humanas e a reprodução da vida está indissociavelmente dependente e vinculada. Mas, também, porque acrescentam novas dimensões e significados ao conceito de mercadoria, constituídas por camadas representacionais, simbólicas e imateriais; novos dispositivos e lógicas, e, principalmente, por valores e crenças indissociáveis às decisões de produção e consumo. Neste sentido, as escolhas econômicas são influenciadas pelo contexto social em que os indivíduos estão inseridos e pelos grupos e organizações aos quais estão vinculados.

O *Slow Food* se fundamenta como movimento social e econômico que reúne pessoas engajadas na preservação da biodiversidade e na transformação dos processos de produção e de consumo. Os tomadores de decisão vinculados ao *Slow Food* interpretam criticamente o ambiente em que estão inseridos e constroem novas concepções sobre o alimento, elegendo assim variáveis que irão influenciar a produção e o consumo, inerentes a cada contexto social onde as transações econômicas ocorrem. Portanto, não existe padronização dos mercados no âmbito *Slow Food*. A arte das trocas, não somente econômicas, cria inúmeras variações de expressões, dependendo das concepções dos envolvidos.

O Convívios, as Fortalezas e as alianças garantem a frequente presença das pessoas nos locais de atuação do Movimento, garantindo diálogos, interação e formação de espaços compartilhados de trocas materiais e simbólicas. As transações econômicas ocorrem, portanto, no âmbito de uma comunidade de pessoas que possuem valores comuns, sentimentos de pertencimento e identidade, que estão imersas em um fluxo de experiências e de conhecimentos, científicos e tácitos. Assim, existem nos mercados relações sociais entre quem compra e quem vende, ou seja, as pessoas se conhecem ou procuram se conhecer. Assim como ocorre em uma peça teatral (comparativamente à TV e ao cinema, por exemplo), não existem somente espectadores como nos mercados convencionais, que recebem informações com o objetivo de estimular a demanda e a oferta. Todos se vêem, se escutam e até mesmo têm a possibilidade de se tocarem. Essa pluralidade de olhares, vozes e gestos possibilita o diálogo entre as partes envolvidas e explica o funcionamento dos mercados que são construídos a partir do Movimento.

As relações de troca no âmbito do *Slow Food* ocorrem de modo a que os mercados funcionem como mais uma dimensão da vida coti-

diana. Formam-se, assim, redes sociais que promovem ações coletivas, sendo a comercialização de produtos artesanais, com tradição e história, fontes adicionais de valor atribuído aos produtos pelos consumidores. O valor dos produtos não está somente na sua exposição, ou de forma intrínseca, mas principalmente na apreciação sobre a sua origem e na crença sobre o significado de um alimento bom, limpo e justo.

SLOW FOOD E AGROECOLOGIA

As agriculturas de base ecológica possuem origem a partir da década de 1920 (biodinâmica, orgânica, biológica, permacultura, etc.), defendendo o uso sustentável dos recursos naturais. Da sua construção histórica de conhecimentos e experiências resultou no que hoje é denominado de agroecologia. Os adeptos da agroecologia apresentam uma contraposição entre uma noção de produção ótima (a agroecológica), relativamente à outra que tem como perspectiva uma produção máxima (a convencional ou produtivista) (GLIESSMAN, 2001), sem os devidos cuidados com suas externalidades negativas.

Segundo Siliprandi (2015), as principais concepções da agroecologia, baseadas nas contribuições de Sevilla Guzmán, Miguel Altieri, Stephen Gliessman e, principalmente, em Martinez Alier, recuperaram uma herança agrícola que havia sido deixada de lado pelos processos de modernização agrícola, questionando os meios de produção, as formas de organização social, econômica e política que a originam e a sustentam.

A agroecologia resulta, adicionalmente, de processos conexos que entrelaçam de forma inovadora a produção, comercialização e o consumo, ressignificando a relação entre produtores e consumidores. Esse amplo processo que envolve a realocação das práticas de produção e consumo nos sistemas agroalimentares, pressupõe igualmente a “apropriação coletiva dos valores e imaginários que definem os alimentos agroecológicos” (NIEDERLE e WESZ JR., 2018, p. 228). Se-

gundo os autores, a agroecologia é o resultado de um amplo processo histórico de “articulação entre movimentos sociais rurais e ecologistas, reforçando uma “crítica ética” à industrialização da agricultura nos anos 1980, orientados por um ideal de “democracia alimentar” (NIEDERLE; WESZ JR., 2018, p. 22).

Diversificação é palavra-chave na abordagem agroecológica, visando o redesenho de agroecossistemas sustentáveis, pois maior diversificação permitiria maior resistência das plantas e animais a doenças e eventos negativos, e permitiria aproveitar mais adequadamente o potencial dos recursos naturais disponíveis. Disto resultariam sistemas produtivos menos dependentes de agrotóxicos e outros fatores externos (ALTIERI; NICHOLLS, 2012; SILICI, 2014). A diversificação, como ampliador da capacidade de adaptação dos agroecossistemas (resiliência), permitiria também maior autonomia (autodeterminação) aos agricultores, com uma relação mais integrada aos ecossistemas e menos dependente dos fatores externos. A autonomia relativa dos agricultores, considerados “guardiões dos alimentos” pela perspectiva do *Slow Food*, é fator-chave para o componente justo de sua abordagem.

A agricultura familiar produz a maioria dos alimentos que vai à mesa dos cidadãos em todo o país e também a ampla maioria dos alimentos orgânicos e agroecológicos. A agricultura familiar é o segmento socioeconômico principal da atuação do Movimento *Slow Food*, mesmo que os agricultores não sejam assim denominados em outros países, já que melhor tem respondido historicamente aos desafios de produzir alimentos bons, limpos e justos. A agricultura familiar busca um equilíbrio entre renda e bem-estar familiar, organizando a diversidade na produção e especializando parcialmente seus sistemas produtivos na relação com o contexto ao qual se integra: “the family and the farm are linked, coevolve and combine economic, environmental, social and cultural functions” (FAO, 2013, p. 2). IKERD (2015) indica

que com diferentes famílias se terá diferentes unidades de produção, já que cada família estabelece uma dinâmica própria de organização de seu agroecossistema, gerando diversificação produtiva e paisagística. Ele pondera que “as multifunctional, family farms are essential for food security in the short term and for the sustainability of humanity in the longer term” (idem, p. 13). Construir diversificação dos processos produtivos e autonomia dos agricultores, no sentido de alimentos limpos e justos, simultaneamente, requer produção (agro)biodiversa e agroecológica, e novos modelos de comercialização dos alimentos.

A demanda por produtos agroecológicos e orgânicos segue em crescimento por vários motivos, dentre os quais se destacam a percepção de risco dos consumidores, assim como sua crescente consciência quanto à relação entre a escolha de compra e os impactos ambientais e sociais da mesma (PALTRINIERI; SPILLARE; 2015). Na esteira de décadas de movimentos sociais e de avanço técnico-científico em torno da agroecologia, recentemente se ampliaram os mercados para produtos orgânicos. Isto está vinculado a movimentos mais amplos pela sustentabilidade da agricultura, passando pela “virada para a qualidade” nas práticas agroalimentares. O Movimento *Slow Food* é um importante ator social internacional que propõe uma vinculação maior entre a sustentabilidade e os atos de produzir, comprar e cozinhar.

Nesse contexto, o Movimento *Slow Food* aproxima-se da agroecologia, que o antecede e o inspira, na realização de práticas constituintes de novos mercados agroalimentares, a partir da virada da qualidade (*quality turn*) dos anos 1980 (GOODMAN, 2003). Essa “virada”, em continuidade às práticas desenvolvidas pelas redes alimentares alternativas, reconfigura as relações de produção e consumo agroalimentar, que passam a privilegiar os produtos locais e os saberes e técnicas enraizados no território de origem. O imbricamento da produção e do consumo, assim como de seus aspectos econômicos e sociais,

já se fazia presente, num conjunto harmônico de práticas integradas (holismo, transdisciplinaridade, etc.) da agroecologia. O Movimento *Slow Food* soube identificar na agroecologia um tema agroalimentar emergente e é mais um importante ator social que o impulsiona, num contexto de sociedades crescentemente urbanizadas. Com a expansão desse Movimento, novas pautas foram incorporadas gradativamente: da cidade para o campo, do Norte Global para o Sul Global, do centro para a periferia. Da mesma forma as demandas, conhecimentos ancestrais, iniciativas e práticas organizativas do Sul Global, do campo e da periferia, promovem aprendizados no Movimento e influenciam suas pautas e ações mundo afora. Nesse processo, o *Slow Food* tem conseguido protagonizar modos de articulação social, econômica e organizacional, em sincronia com movimentos de consumidores, de agricultores familiares e de comunidades camponesas e tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: Hucitec, ANPOCS, Ed. UNICAMP, 1992.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. *Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica*. Una contribución a las discusiones de Rio+20 sobre temas en la interface del hambre, la agricultura, y la justicia ambiental y social. SOCLA, Junio 2012.
- ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br>, 2017.
- CARNEIRO, F.; AUGUSTO, L.; RIGOTTO, R.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EP-SJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. International Year of Family Farming 2014: Master Plan. Rome: FAO, 2013.
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. Land Degradation Assessment in Drylands (LADA). Disponível em <http://www.fao.org/nr/lada/gladis/gladis/>. Acesso em 27/12/2017.
- GLIESSMAN, S. *Agroecología: procesos ecológicos em agricultura sustentável*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- GOODMAN, D. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19, 2003, p. 1-7.
- _____; SORJ, B.; WILKINSON, J. *From Farming to Biotechnology*. Oxford: Basil

- Blackwell, 1987.
- _____; GOODMAN, M. *Alternative Food Networks*. Elsevier Inc. 2009. Disponível em https://www.academia.edu/1484156/Alternative_Food_Networks.
- GUIVANT, J.; SPAARGAREN, G.; RIAL, C. (Org.). *Novas práticas alimentares no mercado global*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.
- IKERD, J. Regional Perspectives. In: FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Global dialogue on family farming*, Roma: FAO, 2015.
- MAZOYER, M. *Protéger la paysannerie pauvre dans un contexte de mondialisation*. Roma: FAO, 2001.
- _____; ROUDART, Laurence. *História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- NIEDERLE, P.A.; WESZ JR, V.J. *As Novas Ordens Alimentares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018.
- PALTRINIERI, R.; SPILLARE, S. *L'Italia del Biologico: Un fenomeno sociale, dal campo alla città*. Milano: Edizione Ambiente, 2015.
- PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- POLANYI, K. Polanyi, Karl. *A grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 24-51.
- SABOURIN, Eric. A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil. Dossiê de Sociologia econômica: Construção social dos mercados. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 2, jan.-jul. 2012.
- SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. *Agroecología* 8 (2), 27-34, 2013.
- SILICI, L. *Agroecology: What it is and what it has to offer*. London: IIED. June 2014.
- SILIPRANDI, E. *Mulheres e Agroecologia: Transformando o Campo, as Florestas e as Pessoas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- SLOW FOOD. Filosofia. 2007. Disponível em <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/filosofia>. Acesso em 13/fev/2017.
- STEINER, P. Are Food Markets Special Markets?. In: Augustin-Jean L., Ilbert H., Saavedra-Rivano N. (eds) *Geographical Indications and International Agricultural Trade*. Palgrave Macmillan, London, 2012.
- UNEP (United Nations Environment Programme). *Towards a Green Economy: pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*, www.unep.org/greeneconomy, 2011.
- UNITED NATIONS, Framework Convention of Climate Change. Paris Agreement. Disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/l09r01.pdf>. Acesso em: 17/12/2015.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008.